

AS NARRATIVAS DE RESSIGNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO DE IGARASSU-PE: POR UMA SOBREPOSIÇÃO DOS VALORES ATRIBUÍDOS

Julia da Rocha Pereira¹

RESUMO:

O presente artigo apresenta uma análise crítica dos valores atribuídos ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Igarassu-PE, bem protegido desde 1972 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Para tanto, foram realizadas análises dos pareceres técnicos e textos relativos ao patrimônio cultural do município contemporâneos ao tombamento, e dos valores atribuídos por agentes do patrimônio, obtidos a partir de entrevistas. Deste modo, foi possível analisar as narrativas que elucidam as diferentes percepções de um mesmo bem cultural. Evidenciou-se, portanto, a dimensão simbólica do patrimônio como esfera de reconhecimento e significância do território, através das sucessivas ‘camadas’ de apreensão dos significados ao longo do tempo. A sobreposição ou somatório das distintas percepções e atribuições de valor, em tempos diversos, constitui-se, portanto, na significância cultural do território de Igarassu.

Palavras-chave: valores atribuídos, patrimônio cultural, conservação e significância cultural.

ABSTRACT:

This article presents a critical analysis of the assigned values to the Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de Igarassu-PE, protected since 1972 by the National Historical and Artistic Heritage Institute - IPHAN. For this purpose, analyzes documents and texts related to Igarassu in 1972, and the values attributed by heritage agents obtained from interviews. In this way, it was possible to analyze the narratives that elucidate different perceptions of the same cultural asset. Therefore, the symbolic dimension of heritage became evident as a sphere of recognition and significance of the territory, through successive “layers” of apprehension of meanings over time. The overlap of the different perceptions and assigned values, at different times, constitutes, therefore, the cultural significance of the Igarassu territory.

Keywords: value assessment, cultural heritage, conservation, cultural significance.

¹ Arquiteta e Urbanista, mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e doutoranda da Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU/UFPE. Email: juliarpereira@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão dos valores atribuídos a um bem cultural parte da análise dos agentes e dos atributos que constroem as narrativas de valoração patrimonial. Considerando esta construção narrativa como em constante transformação, torna-se crucial entender quem atribui os valores, em que contexto e em que época. Por isso, na perspectiva de análise do patrimônio cultural de Igarassu - município do estado de Pernambuco - foram analisados os documentos que justificam a atribuição de valor à época do tombamento, somados a textos produzidos antes deste momento, que viabilizam a transformação dos valores neste período.

Articulada a esta análise e entendendo a necessidade de incorporar outras escalas de compreensão de Igarassu, foi feito um levantamento, com base na pesquisa documental e em entrevistas com agentes responsáveis pela conservação do patrimônio cultural de Igarassu, sobre valores outros que poderiam ser identificados e que estavam à margem de um campo discursivo ‘tradicional’.

Igarassu, nesta pesquisa, foi analisado em sua dimensão territorial, a partir da adoção das escalas local e regional, com o intuito de possibilitar a percepção de novos valores fundamentais à preservação da cidade. O conceito de território foi estudado com o objetivo de perceber as relações estabelecidas entre o sítio histórico e as demais áreas circunvizinhas, extrapolando, assim, os limites entre os municípios.

A adoção do estudo das relações entre os espaços que configuram o que chamamos de Território de Igarassu dá-se por acreditar que estas “são capazes de tornar inteligíveis o poder político e suas manifestações espaciais” (RAFFESTIN, 1993, p.31). Os elementos fundamentais à construção da relação são definidos pelo geógrafo Claude Raffestin da seguinte maneira: os atores, a política dos atores, a estratégia elaborada para atingir os objetivos, os mediadores da relação, os códigos empregados e os elementos espaço-temporais envolvidos. Analisar relações significa, portanto, estar atento às sucessivas transformações deste território ao longo do tempo.

O município de Igarassu - situado a aproximadamente 30 km do Recife, foi analisado a partir de sua transformação e do seu sentido enquanto um dos “nós” do sistema/território. Desta forma, a abordagem territorial favoreceu a leitura das relações estabelecidas e articulações entre os ‘nós’ ao longo do tempo.

A transformação urbana e as conexões estabelecidas no Território de Igarassu partiram dos ‘caminhos da água’, elementos que possibilitaram e justificaram a ocupação do território, passando pelas diversas fases da economia brasileira: a açucareira, a exploração do coco, as

feiras do gado até a ocupação industrial atual. A conquista e ocupação do território através do canal de Santa Cruz e do rio Igarassu, também conhecido como rio São Domingos, e a forte relação com a água nas escolhas de implantação e a definição dos modelos de produção adotados foram elementos essenciais para compreender esse sistema em sua configuração inicial. Foram os caminhos da água que viabilizaram a implantação da rede do açúcar nessa região e localização estratégica da Villa de Igarassu como uma centralidade do sistema. O aproveitamento dos recursos hídricos e da situação geográfica favorável foram determinantes para a implantação da vila que se constituiu em centro de abastecimento e de trocas comerciais.

O papel exercido por Igarassu nesse sistema, entretanto, foi ressignificado e modificado segundo as relações que se estabeleceram. A compreensão das transformações dos papéis exercidos e dos processos que fundamentaram tais modificações permitiu a construção do Território de Igarassu, enquanto constructo conceitual e fundamentado em sucessivas narrativas de valoração e identificação de seu patrimônio cultural.

2. A ATRIBUIÇÃO DE VALOR

O campo teórico que analisa e investiga a questão do valor e da valoração é também conhecido como axiologia e data do final do século XIX. Porém, foi apenas no último século, que conceitos como justiça, bondade, beleza, dentre outros, foram estudados não só em sua natureza específica, mas enquanto membros de um novo gênero chamado ‘valor’ (FRONDIZI, 1971, p. 03).

Muitos equívocos acontecem devido às dificuldades na diferenciação entre o valor atribuído ao objeto e o que este suporta. Risieri Frondizi chega a conceituar os valores como ‘seres parasitários’, dependentes de estruturas que os materializam. Os valores, portanto, não existem em si mesmos, uma vez que necessitam da materialização, de suportes e se apresentam como qualidades dos objetos que os ‘corporificam’. Os valores são também ‘irreais’, na medida em que não se constituem em uma extensão ou parte do objeto que os materializa (FRONDIZI, 1971).

Com efeito, não se pode abordar a questão do valor desconsiderando as atuais e possíveis valorações, visto que os valores dependem das valorações, e não são universais nem absolutos. Risieri Frondizi advoga que a subjetividade do tema encontra-se na apreensão dos valores e que o valor existe antes de ser apreendido (FRONDIZI, 1971, p.21). O autor do livro *What is value?* sugere, ainda, o interessante exercício de separar a percepção dos objetos que

materializam os valores dos próprios valores e, a partir disto, questionar se ambos são percebidos da mesma maneira. Frondizi chega à conclusão de que é impossível penetrar no próprio ser dos objetos, eliminando a pessoa que os percebe e, por isso, afirma: “(...)devemos resignar-nos a descobrir a natureza dos objetos de acordo com a relação que nós levamos a estes” (FRONDIZI, 1971, p. 31, tradução nossa).

Deste modo, a percepção difere de acordo com a relação estabelecida entre quem percebe e o objeto percebido. Da mesma forma, são as visões de mundo e o arcabouço cultural das pessoas que permitem a construção de relações diferentes. Estas relações são constantemente modificadas, o que permite novas abordagens e outras valorações. Assim, um único objeto é percebido de inúmeras maneiras pelos vários observadores que, por sua vez, estão em processo contínuo de construção e reconstrução da relação que mantêm com tais objetos. Portanto, “dizer que aquele, cuja intuição é diferente da nossa, está cego para os valores, implica em arrogância e falta de espírito crítico” (FRONDIZI, 1971. p. 33, tradução nossa).

Os valores são, pouco a pouco, substituídos e transformados de acordo com as mudanças das relações estabelecidas entre os observadores e o objeto. Segundo Thomas Hobbes: “estas palavras do bom, do mal e do desprezível são sempre utilizadas em relação à pessoa que as utiliza, não sendo nada simples nem absoluto; nem qualquer regra comum do bem e do mal a ser retirado da natureza dos próprios objetos²” (HOBBS, 1651 apud FRONDIZI, 1971. p. 39, tradução nossa).

Cabe registrar que a tradição da conservação e preservação do patrimônio cultural esteve bastante pautada na preservação das estruturas físicas e de suporte dos valores. Desta forma, são inúmeros os estudos de técnicas de restauro, de identificação das patologias, de aplicação da tecnologia para o restauro das estruturas; porém, são poucas as investigações acerca das maneiras possíveis de apreensão e identificação dos valores.

No campo do patrimônio cultural, os valores são fundamentais para a seleção do que deve ser preservado, uma vez que a apreensão desses envolve indivíduos e grupos sociais: a sociedade civil como um todo, representantes de órgãos de preservação, especialistas da área, dentre outros, ‘filtros’ que legitimam as escolhas realizadas. As seleções, portanto, constroem um repertório formal capaz de estruturar narrativas com fins específicos, como, por exemplo, a construção de uma identidade nacional, no caso do patrimônio cultural brasileiro.

² Em sua publicação “Genealogia da Moral” (1887), Friedrich Nietzsche descreve que o conceito da palavra “bom” esteve vinculado, na antiguidade, a valores aristocráticos. De acordo com o filósofo alemão, foram os “bons”, nobres e superiores em posição, que auto determinaram juízos em oposição “a tudo que era de baixo, vulgar e plebeu” (NIETZSCHE, 2009, p.06). O mau ou “ruim”, no sentido etimológico do termo empregado na Grécia, teria por substrato esse sentido contrário ao “espiritualmente bem-nascido” ou “privilegiado”, distanciando-se da “nobreza”.

A compreensão do modo como as pessoas rememoram, organizam, identificam e pensam se reflete nas seleções de bens materiais e imateriais que devem ser preservados. Cabe reconhecer, portanto, “(...) que a importância do patrimônio cultural não está restrita aos objetos e lugares em si mesmos; eles são importantes por causa dos significados e dos usos que as pessoas conferem a estes bens materiais e pelos valores que eles representam” (AVRAMI, MASON, DE LA TORRE, 2000, p. 11, tradução nossa).

Diante do exposto, mais do que a preservação de uma coleção de coisas, é preciso considerar a conservação de significados e de valores que possibilitem a identificação e escolha das formas de atuação ou intervenção nos bens, seja pela escolha de instrumentos jurídicos adequados, seja por modelos de gestão a serem adotados.

Os futuros desafios da conservação estarão, assim, diretamente relacionados ao sentido que a sociedade conferirá aos objetos e espaços patrimonializados (AVRAMI, MASON, DE LA TORRE, 2000). Conforme preconiza David Lowenthal (2000, p. 07, tradução nossa), “o patrimônio nunca é meramente conservado ou protegido; ele é modificado por cada nova geração” e entender estas mudanças na atribuição de valor e nas operações de seleção/intervenção (SANT’ANNA, 1995) sugere a compreensão da conservação do patrimônio sob outros contornos, de modo mais abrangente. Como uma atividade social, além de técnica, a conservação atua como um processo contínuo, motivado e sustentado pelos valores individuais, de instituições e da comunidade (AVRAMI, MASON, DE LA TORRE, 2000).

Nessa perspectiva, perde o sentido a ideia bastante disseminada pelos órgãos de preservação de que os valores são estáticos e inerentes ao bem, cabendo ao observador o “acesso” e contemplação desses valores. Pode-se entender que: “no coração da contemporaneidade, a interdisciplinaridade, as pesquisas críticas sobre o patrimônio são a noção de que o patrimônio cultural é uma construção social, o que quer dizer que resulta de processos sociais específicos de tempo e lugar” (AVRAMI, MASON, DE LA TORRE, 2000, p. 06, tradução nossa).

Com efeito, as ações de conservação e preservação do patrimônio cultural devem partir da identificação dos valores atribuídos pelos diversos grupos envolvidos, fundamentadas na compreensão das formas de relacionamento entre os valores identificados e na observação de conflitos e divergências. Esta identificação subsidiará a adoção de abordagens mais adequadas para a conservação e gestão do patrimônio, uma vez que serão considerados os processos de continuidade e mudança.

Lourdes Arizpe (2000) sugere que as decisões para conservação do patrimônio estejam precedidas das atentas observações sobre quem atribui o valor e por que o faz. Identificar os

valores atribuídos pelos atores envolvidos e o contexto no qual estas atribuições se inserem possibilita a escolha da melhor estratégia para a preservação do patrimônio cultural (AVRAMI, MASON, DE LA TORRE, 2000).

Outro aspecto a ser considerado consiste no entendimento da cultura como um conjunto de processos, e não como uma coleção de coisas; “artefatos não são materializações estáticas da cultura, porém são um meio através do qual identidade, poder e sociedade são produzidos e reproduzidos” (AVRAMI, MASON, DE LA TORRE, 2000, p. 06). A conservação, desta forma, está em processo contínuo de mutação e se constitui em criações e recriações do patrimônio cultural. Tais transformações e ressignificações se conjugam ao longo do tempo e o conjunto de sobreposições pode ser entendido como a significância cultural³, termo utilizado por especialistas da área. Entender a mudança, portanto, é fundamental por viabilizar a compreensão das ‘camadas’ representativas das inúmeras narrativas de valoração de um mesmo bem.

Desde 1990, o *World Heritage Centre* (WHC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) exigem uma *Declaração de Significância Cultural* dos bens patrimoniais que solicitam a inclusão na Lista do Patrimônio Mundial (ZANCHETI, HIDAKA, RIBEIRO, AGUIAR, 2008). O fato evidencia a contemporaneidade e importância do conceito de significância cultural em práticas preservacionistas.

Embora o termo significância já apareça na Carta de Veneza em 1964, é a partir da Carta de Burra (1999) que a terminologia obtém maior visibilidade e impacto em setores dedicados à conservação. Para esta última carta, a conservação é definida pelos processos de cuidado com o sítio histórico, buscando a salvaguarda de sua significância cultural. O referido documento define significado cultural por “valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, actual ou futuras” (ICOMOS, 1999). A significância cultural, portanto, está materializada no bem, em sua estrutura física, em seus usos, suas associações, seus significados e os bens a este relacionados. Para a Carta de Burra, os bens relacionados / *related place* são bens que contribuem para a significância cultural de outros bens. E as *associações* são as conexões especiais estabelecidas entre as pessoas e os bens (ICOMOS, 1999, tradução nossa).

³ O termo significância cultural vem paulatinamente se incorporando ao vocabulário técnico dos especialistas em conservação. Caracteriza-se pela designação dos múltiplos valores atribuídos aos bens, edifícios ou paisagens (AVRAMI, MASON, DE LA TORRE, 2000).

Ainda segundo essa Carta Patrimonial, um mesmo bem pode ter uma vasta gama de valores para diferentes pessoas e grupos sociais. O termo interpretação significa todas as formas de apresentação da significância cultural de um bem. A Carta de Burra defende que, para a apreensão dos significados, devem ser realizadas quatro etapas: (i) conhecimento e identificação do bem e das relações; (ii) coleta e registro das informações (documentais, físicas e orais) fundamentais à compreensão dos significados do bem; (iii) avaliação dos significados; (iv) elaboração da declaração de significância.

Existem algumas críticas relacionadas a tal metodologia de apreensão dos significados, baseadas no argumento de que as ações de construção da significância cultural, preconizadas pela Carta de Burra, se desenvolvem de maneira linear e objetiva, apenas considerando o ponto de vista dos especialistas. Desta forma, o conflito entre os diversos atores envolvidos, a sobreposição de significados e as posteriores alterações destes não são levadas em conta. Defende-se, portanto, uma abordagem contemporânea que considera a significância cultural como uma qualidade que os sujeitos associam a um recurso cultural, variando de acordo com o tempo e com a atribuição dos diversos grupos sociais.

A pluralidade de visões de mundo gera uma multiplicidade de valores e tal aspecto deve ser considerado na construção da significância cultural. Em contrapartida, a Carta de Burra defende a elaboração da declaração de significância sem que esta passe por um julgamento por parte dos atores envolvidos em sua construção. Não considerando alterações, acréscimos, perdendo, assim, toda a flexibilidade e garantia de participação da sociedade civil nesse processo. Ressalta-se a necessidade de revisões e atualizações da declaração de significância, alertando o perigo de tornar os valores presentes no documento eternamente perpetuados, o que impediria a incorporação de novos significados. Para Randall Mason, “isso se deve à ênfase da conservação nos aspectos físicos e materiais, esquecendo-se da ‘essência natural da significância’ – que é uma expressão do significado cultural” (MASON, 2004, p.64).

Autor do artigo intitulado *Fixing Historic Preservation: a constructive critique of significance*, publicado 2004, Mason elabora uma crítica ao uso e a conceituação do termo significância. A crítica consiste no entendimento de que a significância não deve ser vista de forma tão hermética, e defende que todos os atores e ‘vozes’ devem ser incorporados e contemplados na construção da significância.

A concepção atual de pura conservação dos sítios e manutenção dos valores a estes relacionados, por si só não garante a construção da significância, uma vez que tais valores e usuários mudam constantemente e tal dinâmica deve ser considerada na conservação e

preservação dos bens culturais. As conexões emocionais e intelectuais que são feitas entre a memória e o ambiente são, conceitualmente, o centro da preservação histórica, o que o autor define por ‘conexão de memória / conexão estrutural’, chegando a apontar equívocos cometidos na atualidade:

(...) a mentalidade preservacionista dominante de “consertar coisas”, literalmente e metaforicamente consertar edifícios e estruturas deterioradas, distritos históricos gentrificadas, e, até mesmo, ‘consertando’ o significado dos monumentos. (MASON, 2004, p.65, tradução nossa).

Afastam-se, portanto, os envolvidos na conservação que conferem dinamismo ao termo significância; já que é uma expressão da significância cultural, devem ser consideradas as modificações futuras, envolvendo o tempo, o lugar e outros fatores.

As práticas de gestão e conservação de bens patrimoniais na Austrália são, atualmente, referência na aplicação do conceito de significância cultural em políticas públicas. O órgão estadual de preservação daquele país, o *News South Wales (NSW) Heritage Office*, a partir das premissas da Carta de Burra (ICOMOS, 1999), estabelece três passos para a conservação do patrimônio cultural: a investigação, a avaliação e gestão da significância.

A primeira etapa se constitui no levantamento do contexto histórico do bem ou da área em estudo, pesquisa acerca do entendimento da comunidade sobre o bem, associação dos aspectos históricos locais aos nacionais e levantamento histórico do bem e de seus aspectos materiais. A fase de avaliação caracteriza-se pela descrição sumária de informações relativas ao bem, assim como, seus usos atuais e passados; a avaliação da significância cultural, a determinação do grau de significância e, por fim, a elaboração da declaração de significância.

O último passo, então, constitui-se na análise das implicações na gestão decorrentes dos graus de significância estabelecidos, das restrições e potencialidades resultantes da significância declarada, inclusive quanto ao uso mais adequado. Compreende o estudo criterioso dos requisitos dos usuários e proprietários, a elaboração de recomendações para a conservação e gestão do bem e a obtenção do retorno da comunidade acerca da investigação realizada; além da verificação dos vínculos estabelecidos entre os aspectos legais e a significância do bem; e, finalmente, a recomendação de possíveis ações que garantam a conservação do bem e estratégias para sua gestão (NSW, 2001).

Os valores considerados neste processo são os quatro estabelecidos na Carta de Burra (ICOMOS, 1999): a significância histórica, estética, científica e social. Um aspecto a ser ressaltado é a premissa australiana de que a avaliação e elaboração da declaração de significância são fundamentais para a tomada de decisão e formulação de estratégias de

intervenção e conservação. Afinal, os critérios definidos serão estabelecidos em função dos valores identificados, e, por conseguinte, da declaração de significância cultural.

Outra questão que merece destaque é a construção coletiva caracterizada pela sobreposição ou somatório dos valores atribuídos. A participação dos atores envolvidos e a avaliação realizada pela sociedade civil democratizam e tornam mais transparente o processo de escolha e atribuição de valor, ao tempo em que evidenciam os conflitos e interesses.

3. POR UMA SOBREPOSIÇÃO DOS VALORES ATRIBUÍDOS AO TERRITÓRIO DE IGARASSU-PE

Com o objetivo de perceber as múltiplas e possíveis conjugações, dissonâncias e sobreposições entre os valores atribuídos ao território de Igarassu/PE foram, portanto, analisados períodos de valoração distintos. Foram analisados textos relativos ao tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu-PE e os argumentos coletados por meio de entrevistas com especialistas e agentes públicos responsáveis pela conservação do conjunto. As entrevistas tiveram como objetivo identificar atributos selecionados e os valores conferidos a Igarassu enquanto patrimônio cultural brasileiro.

3.1 Sobre os valores atribuídos

Para viabilizar a compreensão dos valores atribuídos contemporâneos ao tombamento, tomou-se como base o Processo nº 359-T-45 – Processo de Tombamento do Conjunto Urbanístico e Arquitetônico da Cidade de Igarassu-PE. No entanto, a documentação foi separada em dois grupos distintos: textos contemporâneos ao processo de tombamento e os textos contidos no referido processo. O primeiro grupo concentrou textos sobre a percepção de Mário de Andrade em seu diário de viagens ao Nordeste do país, em 1928 e 1929, e os relatos do consultor da UNESCO, Michel Parent, de 1966-1967. Já o segundo grupo contou com os pareceres técnicos de Alcides Rocha Miranda, do deputado estadual Pessôa Guerra, de Fernando Saturnino de Brito, Renato Morato, Lygia Martins e Augusto Silva Teles de fins da década de 1960 e início da década de 1970, que constam no Processo nº 359-T-45 – Processo de Tombamento do Conjunto Urbanístico e Arquitetônico da Cidade de Igarassu-PE.

Em seus relatos, de 1928, Mário de Andrade caracteriza Igarassu como ‘cidade morta’ e quanto aos espaços públicos - “ladeiras, ruas tortas, praças ocasionais” - diz: “nascidas de uma fantasia de arruamento, bem de gente com vagar. (...) a gente desemboca, num passado

evocador e segue mais ou menos assustado” (ANDRADE, 2015, p. 269). Vale ressaltar que, a partir da análise desses relatos, percebe-se uma valorização estética de Igarassu, enfatizando as características estético-estilísticas dos atributos físico-materiais.

Por isso, as descrições mais minuciosas e as qualificações remetem, em sua maioria, ao Convento Franciscano de Santo Antônio⁴, o qual o autor caracteriza como ‘abatido de prazeres’. As descrições valoram o mobiliário, as pinturas, a azulejaria e até mesmo a guardiã do convento. Por fim, Mario de Andrade conclui: “saio como brasileiro que pode falar pros manos que já visitou Igaracu. Questão de esporte nacional honroso... Estou ganhando por um a zero” (ANDRADE, 2015, p. 270). Observa-se a valoração do patrimônio cultural de Igarassu a partir de uma leitura estética, que, de certo modo, norteará as políticas de preservação adotadas pelo Iphan, criado anos mais tarde.

Outra referência, mais contemporânea ao tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu, é o relatório produzido pelo consultor da UNESCO, Michel Parent, fruto de suas visitas técnicas entre os anos de 1966 e 1967. As considerações do consultor estabelecem uma relação entre Igarassu e Olinda, e estão direcionadas à implementação de ações complementares de fortalecimento do potencial turístico das cidades do Recife e de Olinda. Com relação à arquitetura civil e sobre a articulação das unidades construídas com os elementos naturais, Michel Parent pontuou em 1967:

(...) como em Olinda, as casas de Igaracu são geralmente modestas, mas todas antigas e de um estilo característico, e alinhadas ao longo das ruas. **Atrás delas, a vegetação tomou conta do espaço, e é essa liberdade da vegetação associada ao surgimento dos monumentos barrocos que constitui o encanto** tanto de Igaracu, como de Olinda. (PARENT, 1967 apud IPHAN/COPEDOC, 2008, p. 105).

O autor sugere, ainda, o fortalecimento de Olinda e Igarassu como “polos de atração nos arredores do Recife”, como pontos de estadia fortalecendo a relação entre os três municípios. Deste modo, propõe que no convento franciscano de Santo Antônio seja instalado um albergue da juventude, em virtude do interesse do arcebispo do Recife em vender o conjunto edificado do convento. A relação entre a preservação do patrimônio cultural e o potencial turístico foi bastante evidenciada pelo consultor, fator este aliado a combinação entre o patrimônio edificado e as paisagens naturais. O turismo, nessa perspectiva, apresenta-

⁴ Primeiro monumento a ser tombado no município, em 17/05/1938. Processo nº 131-T-38, inscrição nº 68/fl.13, no Livro do Tombo das Belas Artes.

se como o grande promotor da valorização e preservação do patrimônio cultural em cidades que apresentam as supracitadas peculiaridades.

Ao analisar o Processo nº 359 -T- 45 (IPHAN, 1972), as primeiras atribuições de valor identificadas provêm do parecer técnico de Alcides da Rocha Miranda, datado de 1946, os atributos físico-materiais destacados foram: o conjunto urbanístico, as igrejas dos Santos Cosme e Damião, de São Sebastião, de Nossa Senhora do Livramento, Capela do Recolhimento do Sagrado Coração de Jesus e o Convento de São Francisco e foram conferidos a estes atributos valores estéticos e históricos.

Em 1951, data do tombamento das igrejas dos Santos Cosme e Damião, de Nossa Senhora do Livramento e de São Sebastião, foi elaborada a documentação pelo então deputado estadual, Paulo Pessoa Guerra, na qual foram atribuídos valores históricos à Igreja dos Santos Cosme e Damião, Convento de Santo Antônio e demais templos religiosos. Quanto à cidade de Igarassu, foi defendido o valor histórico e estético a partir da justificativa: “como São Vicente em São Paulo, Ouro Preto em Minas Gerais, são fontes de estudos que precisam ser consideradas dentro da sua finalidade histórica como testemunho da evolução da arte nacional” (GUERRA, 1951 apud IPHAN, 1972). Verifica-se, neste caso, a ideia de cidade enquanto documento, testemunho de fases distintas de construção fundamental à compreensão do patrimônio cultural brasileiro.

Em correspondência trocada entre Fernando Saturnino de Brito e Renato Morato, em 1953, o engenheiro Saturnino de Brito caracteriza o conjunto arquitetônico civil por seu aspecto paisagístico local e por sua arquitetura, conferindo à paisagem o valor para preservação. Ainda foi destacado na correspondência o “casario que emoldura a colina” pela “harmonia do conjunto” (BRITO, 1953 apud IPHAN, 1972). Nota-se que, a partir deste momento, outros valores são identificados, sobretudo, o paisagístico e a valorização de padrões estéticos da arquitetura civil, também conhecida nesta época por “arquitetura menor”.

Na década de 1970, a Informação nº 264, que consta no processo de tombamento - Processo nº 359-T-45, de autoria do técnico Augusto Silva Telles, quanto à arquitetura civil, refere-se à introdução de platibandas e, conseqüentemente, à eliminação dos beirais, dano este que poderia ser “sanado” com a retirada das platibandas para “reconstituição das feições antigas da grande maioria dos edifícios” (TELLES, 1970 apud IPHAN, 1972). Encontra-se muito presente a ideia de reestabelecer uma ordem estilística do passado na tentativa de retomar os padrões construtivos de uma dada época. Quanto à proposta de poligonal de tombamento, Silva Telles propõe:

(...) julgamos, no entanto, que é urgente, agora, o tombamento do conjunto urbano, com limitação definida pelo rio que corta a cidade, e que passa pelos fundos do Convento de Santo Antônio, ficando inscrito todo o trecho da cidade situado na margem direita do referido rio. Apenas a capela de S. Sebastião, como edifício de valor, ficará fora da área preservada. No trecho que propomos o tombamento, a maioria absoluta das edificações apresentam, ainda, características das antigas edificações brasileiras, características que remontam no século XVIII. (TELLES, 1970 apud IPHAN, 1972).

A justificativa apresentada para o tombamento do conjunto urbano foi vinculada ao desenvolvimento da região, somado à proximidade das rodovias de conexão entre os grandes centros do Nordeste. Ressalta-se ainda a urgência do tombamento e que, “(...) há anos atrás, esta Repartição poderia, por razões de dificuldades financeiras não querer ampliar a área de obrigações com a inclusão deste conjunto urbano” (TELLES, 1970 apud IPHAN, 1972).

Na Informação Técnica nº 37, de 1972, redigida pela perita em Belas Artes do IPHAN, Lygia Martins Costa o conjunto arquitetônico de Igarassu é caracterizado como “mais valioso nas unidades religiosas do que nas civis” (COSTA, 1972 apud IPHAN, 1972). E a atribuição de valor desse conjunto refere-se a:

(...) autenticidade e características próprias inconfundíveis - núcleo urbano originário do XVI século e desenvolvido nos séculos XVII e XVIII, singelo e harmonioso de **topografia ondulada e envolvente**, tem uma **feição semi-rural sui-generis** graças ao desafogo de seu arruamento e à **vegetação densa**⁵ que mantém em sua área central e mais significativa. (COSTA, 1972 apud IPHAN, 1972).

Interessante destacar as nuances conceituais e de caracterização do mesmo bem, ora definido como conjunto urbano, por Augusto da Silva Telles, ora, como conjunto arquitetônico por Lygia Martins Costa. Fato que pode evidenciar as diferentes concepções e áreas de formação profissional dos técnicos. Nota-se, portanto, a ênfase nos atributos físico-materiais, sobretudo no destaque aos bens religiosos de origem católico-cristã, a despeito de ser destacado o reconhecimento da relação entre a vegetação e a topografia com as unidades edificadas, o que, para a autora, confere ao conjunto uma “feição semi-rural sui-generis”. A implantação urbanística foi, no referido documento, caracterizada como:

(...) **espontânea, irregular e derramada, peculiar**⁶ pela sequência de largos constituídos pela confluência de duas ruas que se abraçam e bem assim, pela amplidão espacial obtida da conjugação do grande largo fronteiro à Igreja de S. Cosme e Damião com o adro do Convento de Sto. Antônio. (COSTA, 1972 apud IPHAN, 1972).

A autora ainda atribui aos largos a possibilidade de reconstituir a “ambiência primitiva”, principalmente, nos dois últimos pareceres do referido processo de tombamento,

⁵ Grifos nossos.

⁶ Grifos nossos.

nos quais a ideia de retorno a um passado de referência é recorrente nas justificativas para a preservação e conservação do patrimônio. A ideia preponderante é de uma ‘cidade estática’ sem acréscimos, que parou em um dado momento e que todas as ações de preservação deveriam se voltar à possibilidade de reconstituir lugares, espaços e edificações ao que um dia foram no passado. Nota-se a visão nostálgica e a tentativa de retomar uma ‘época/estilo primitivo’, recuperando um ‘tempo perdido’.

Desta forma, as referidas informações técnicas e documentos que constam no processo de tombamento fundamentaram a inscrição do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Igarassu, em dez de outubro de 1972, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico⁷.

As dissonâncias entre as valorações ora analisadas se dão de diversas maneiras, uma vez que os autores de tais documentos representam grupos distintos, com interesses e formações profissionais diversas. Um exemplo bastante elucidativo dessas dissonâncias refere-se à percepção e valoração da Igreja Matriz dos Santos Cosme e Damião. Em 1928, Mario de Andrade caracteriza essa igreja da seguinte maneira: “velhíssima, vale pouco, é pobrinha, a gente perde tempo nela quase que só por delicadeza. As imagens são antigas porém comuns” (ANDRADE, 2015, p. 269). Já Michel Parent, em seu relatório sobre os monumentos de Igarassu, afirma: “o mais puro entre eles é, sem dúvida, São Cosme e Damião (séculos XVI e XVII) que fica em frente à igreja de Malagrida (século XVIII)” (PARENT, 1967 apud IPHAN/COPEDOC, 2008, p. 105). E, por fim, Lygia Martins Costa, na Informação Técnica nº69, caracteriza a edificação como “evidentemente quinhentista ainda, registrada por Barleus e Frans Post no início do século XVII” (COSTA, 1972 apud IPHAN, 1972). Nota-se, portanto, a transformação dos valores atribuídos, estes intimamente vinculados às percepções de mundo de cada um dos observadores, bem como, contextualizados em períodos distintos da história⁸.

Outro aspecto relevante é a predominância dos aspectos físico-materiais nas atribuições de valor relativas a Igarassu. A ênfase no monumento, no conjunto edificado, nos bens móveis integrados e nos valores estéticos e históricos. Desta forma, o sítio histórico de Igarassu é valorado, sobretudo, na categoria do valor estético, justificado pela conjugação entre os elementos construídos e os elementos naturais. Assim, uma hipótese para a inscrição do conjunto urbanístico e paisagístico da cidade de Igarassu no Livro Arqueológico,

⁷ Processo 359-T-45 - Inscrição nº51/fl.12.

⁸ Intervalos temporais que variam de 39 a 5 anos (1929 – 1967 – 1972).

Paisagístico e Etnográfico é a de que se deve à exaltação de tais atributos em relação aos valores históricos, o que poderia ter justificado uma inscrição também no Livro Histórico.

3.2 SOBRE NOVOS VALORES

A ampliação do conceito de patrimônio e, sobretudo, a substituição do termo patrimônio histórico e artístico por patrimônio cultural provocou algumas mudanças conceituais dentro dos órgãos de preservação. A incorporação da categoria patrimônio imaterial e o trabalho interdisciplinar, agregando outras áreas de formação como a geografia, sociologia, economia e antropologia, dentre outras, viabilizaram o entendimento e a identificação do patrimônio cultural sob novos contornos.

Contudo, a partir de entrevistas com agentes de órgãos de preservação vinculados ao patrimônio cultural de Igarassu, é interessante observar que os valores estéticos e históricos ainda são os norteadores na justificativa da preservação e que os atributos imateriais ainda são pouco citados quando se trata da valoração do patrimônio cultural de Igarassu. Foram realizadas entrevistas com agentes que participam da gestão do patrimônio cultural da cidade, técnicos do IPHAN, da FUNDARPE e da Prefeitura do Município de Igarassu, em junho de 2012. É importante ressaltar que estas entrevistas tiveram como objetivo evidenciar os valores atribuídos associados a formas distintas de percepção, atuação e identificação do patrimônio cultural. Constituiu-se em uma análise interpretativa que possibilitou a identificação de recorrências e nuances de concepções acerca de Igarassu, o que favoreceu a percepção do patrimônio cultural de Igarassu sob diversas abordagens.

Os técnicos do IPHAN entrevistados foram aqueles vinculados à Superintendência do IPHAN em Pernambuco que atuavam em cargos de chefia, cujas funções compreendiam a salvaguarda do patrimônio cultural de Igarassu. Com efeito, foram entrevistados o Superintendente do IPHAN no Estado de Pernambuco, o engenheiro Frederico Faria Neves de Almeida e o Coordenador da Casa do Patrimônio de Igarassu, o arquiteto Fábio Torres. Nas entrevistas realizadas são recorrentes as referências aos aspectos históricos, caracterizando Igarassu como o princípio da ocupação de Pernambuco, o que fica muito evidente nos depoimentos do coordenador da Casa do Patrimônio de Igarassu.

A ideia de “cidade morta”, levantada por Mário de Andrade, aparece outra vez nos depoimentos dos representantes do IPHAN: “Igarassu em letargia” (TORRES, 2012) e “é como se o tempo ali parasse, por ela não ter se evoluído como a maioria das cidades da região metropolitana do Recife” (ALMEIDA, 2012).

Os atributos imateriais aparecem com mais frequência, sobretudo, no depoimento do coordenador da Casa do Patrimônio, o que pode ser explicado pela relação mais direta estabelecida com os moradores do território e pelo contato mais profundo com a dinâmica de significação da cidade. Foram por ele citados o maracatu, o coco-de-roda, o teatro, o mamulengo, a Festa dos Santos Cosme e Damião e o trabalho artesanal de fabricação e apresentação de bonecos em materiais diversos, bastante característico da região. O teatro e o mamulengo foram caracterizados como ‘elementos verdadeiramente representativos’. Outros elementos físico-ambientais como o rio, o mangue, o coqueiral também foram citados.

Além disso, a compreensão de Igarassu enquanto território, ainda que de maneira tímida, já aparece nos depoimentos dos entrevistados.

(...) a história de remontar o século XVI, a relação com a criação do nosso estado, a relação com a cana-de-açúcar, Igarassu serviu pra fazer a distribuição, cercada de engenhos, sua relação com a economia nacional e a história, a relação com Olinda e com os holandeses (...) a questão da identidade, Igarassu era o centro, e marcava a identidade de uma grande região, que depois foi se subdividindo. (ALMEIDA, 2012).

Observa-se o entendimento da rede estabelecida e do papel articulador e de centralidade exercido por Igarassu, ainda que esta compreensão não se reflita em práticas de identificação e conservação que considerem esta rede ou sistema configurado por Igarassu e as áreas adjacentes.

No tocante à análise das entrevistas realizadas com representantes do corpo técnico da FUNDARPE, foram verificadas percepções e experiências profissionais distintas em relação a Igarassu. A primeira entrevistada, a arquiteta Rosa Bonfim, destacou, em sua narrativa, atributos relativos à configuração urbana da vila colonial, enfatizando aspectos da topografia, da implantação das edificações e do traçado viário ainda existentes. Este último foi citado com recorrência e associado a valores estéticos: “a ladeirinha da prefeitura **é muito linda**. A imagem que eu tenho é mais essa do que o Convento de Santo Antônio, que é muito mais expressivo do que aqui, **mas o que me chama a atenção é isso: a vila primitiva**”⁹ (BOMFIM, 2012). Esta afirmação permite que sejam feitas algumas reflexões. Embora a técnica reconheça os aspectos estilísticos e a relevância histórico-arquitetônica do referido convento, a partir de sua experiência sensorial e, também de sua prática profissional, a “vila primitiva” e seu traçado urbano são atributos, para a entrevistada, de maior significância.

⁹ Grifos nossos.

Segundo a análise da entrevista realizada com o historiador e arqueólogo Ulysses Pernambucano, observa-se a vinculação da percepção de Igarassu à sua prática profissional em trabalhos de arqueologia histórica no município. “Pra mim, quase que **se resume ao convento**, por causa da **arqueologia histórica**, da arqueologia aplicada ao restauro e porque foi uma **descoberta**¹⁰ (...)” (PERNAMBUCANO, 2012).

No entanto, outros atributos foram mencionados em sua narrativa, tais como o Rio São Domingos, destacando seu papel na economia local e nas atividades cotidianas dos moradores de Igarassu, observadas há trinta anos atrás: “(...) gente catando mariscos, pescadeiros e pescadeiras, quem anda ali na lama catando marisco; ainda vi muito caranguejo, os aratus (...)” (PERNAMBUCANO, 2012). Outro atributo destacado foi o manguezal. Segundo o entrevistado: “**é fundamental, sem isso perde o sentido até Igarassu. Igarassu é um afloramento dentro do mangue**. Acho que o mangue e o próprio rio e a conexão do rio com o canal, que era a estrada, **quem justifica Igarassu é a conexão da água**¹¹” (PERNAMBUCANO, 2012). A construção territorial ao longo do tempo, os caminhos por água e por terra que consolidaram a ocupação de Igarassu enquanto um nó de articulação entre os engenhos, os portos e ancoradouros e Vila Velha, na Ilha de Itamaracá são elementos que definem Igarassu e seu patrimônio cultural. A concepção de Igarassu sob essa perspectiva evidencia o entendimento das dinâmicas de transformação e ressignificação deste território que, segundo o entrevistado pode ser entendido como um “(...) sistema linfático, as conexões, a rede” (PERNAMBUCANO, 2012).

Quanto às festas populares de Igarassu, percebe-se o pouco reconhecimento das manifestações enquanto patrimônio cultural de Igarassu, o que evidencia a dicotomia patrimônio material / patrimônio imaterial presente nas organizações institucionais que lidam com o patrimônio cultural brasileiro. Desta forma, as festas populares são caracterizadas como manifestações, nas quais ocorre grande participação popular, que resultam em danos ao patrimônio edificado; “(...) junta muita gente, são até complicadas inclusive pra preservação” (PERNAMBUCANO, 2012).

Contudo, a entrevista, realizada com um dos gestores locais que atua no corpo técnico da Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Patrimônio Histórico (SEPLAMAPH), Cristiano Silva, aponta novos significados às manifestações culturais do município. Segundo o entrevistado, “os valores da terra, a cultura, os artesãos” são atributos de extrema significância cultural: “aqui em Igarassu tem essa cultura forte, tem o maracatu ” e

¹⁰ Grifos nossos.

¹¹ Grifos nossos.

“o carnaval, os blocos, todo mundo na rua, pra mim, Igarassu representa um pouco isso” (SILVA, 2012).

A relação estabelecida com Igarassu diferencia-se da relação dos demais gestores, o que pode ser justificado, em certa medida, pelo contato diário com o município, favorecendo o entendimento das dinâmicas de transformação sofridas. Foram ressaltados os aspectos ambientais fundamentais à compreensão de Igarassu, as práticas cotidianas dos moradores nas áreas estuarinas, nos rios e nas áreas de praia e o contato com o meio ambiente, apontando este último como um atributo de valor estético de Igarassu; “a percepção nossa, **você capta tudo. Existe coisa mais bela? Isso pra mim é o maior patrimônio**”¹² (SILVA, 2012).

É possível observar a identificação de outros atributos ou ‘permanências esquecidas’ nos documentos analisados que fundamentaram a conservação do patrimônio cultural de Igarassu. Embora os valores apontados ainda estejam bastante vinculados aos valores históricos e estéticos, verifica-se a identificação de atributos imateriais, bem como de elementos físico-ambientais. É possível notar, ainda, as disparidades relativas à relação estabelecida entre os gestores e Igarassu. Sobretudo dos gestores que trabalham diariamente no município, como é o caso do coordenador da Casa do Patrimônio de Igarassu e do técnico da Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Patrimônio Histórico (SEPLAMAPH). O contato com o cotidiano do município, neste caso, favoreceu o entendimento da dinâmica urbana, bem como a identificação de outros atributos: os artesãos locais, as festividades e os aspectos ambientais valorados enquanto patrimônio cultural. No caso do depoimento do coordenador da Casa do Patrimônio de Igarassu, verifica-se a retomada da ideia de cidade enquanto testemunho e documento: “o que a cidade conta.” (TORRES, 2012). Atributos fundamentais para a compreensão das sucessivas camadas de tempos distintos são as articulações estabelecidas entre o sítio histórico e as áreas circunvizinhas, representativas da construção territorial. O que pode ser observado a partir dos relatos de Ulysses Pernambucano e Frederico Almeida, ao caracterizarem Igarassu como um centro de distribuição que marcava a identidade de uma região, ou ainda, como um “sistema linfático”, evidenciando suas articulações pelos cursos d’água.

Em entrevistas com representantes da sociedade civil, nas figuras do pároco da região, Padre Rosivaldo, da matriarca do Maracatu Estrela Brilhante de Igarassu, Dona Olga, do electricista e criador do Refúgio das Bromélias, Adinelson Dantas e do historiador e coordenador do Museu histórico de Igarassu, Jorge Barreto, outros atributos materiais e imateriais de Igarassu foram mencionados. As apresentações do Maracatu Estrela Brilhante e

¹² Grifos nossos.

os ensaios que ocorriam em frente a Igreja de São Cosme e Damião, nas terças-feiras à noite, foram caracterizados por seu valor espiritual/social, estético e histórico, sobretudo nos depoimentos de Dona Olga e do Padre Rosivaldo.

O desaparecimento de algumas manifestações de forte significância em Igarassu, por ausência de apoio ou por outras razões, também foi citado por todos os entrevistados representantes da sociedade civil. É o caso da Festa do coco, Festa de São Gonçalo do Amarante e a Procissão do Senhor Morto, que foram caracterizadas por seus valores espirituais, sociais e estéticos. Como é possível verificar mediante os relatos do historiador Jorge Barreto: “(...) as festas religiosas, principalmente a Procissão do Senhor Morto que era lindíssima e com o passar do tempo foi se perdendo, foi se perdendo, foi se perdendo, hoje é uma coisa acanhada, pequena”. Ou ainda, o forte caráter identitário dessa festa para Igarassu, como é o caso da Festa do coco que “(...) lembrava bem Igarassu” (BARRETO, 2012). Outras manifestações culturais, contudo, assumiram novos papéis e novos roteiros.

Essas festas e manifestações culturais foram apontadas também por seu caráter aglutinador, retomando a ideia de articulação territorial, com o estabelecimento de novas relações e a transformação de relações antigas. O desaparecimento ou mesmo a transformação das festas citadas pode ser atribuído, em certa medida, à dificuldade de reconhecimento, por parte dos órgãos responsáveis, dessas manifestações culturais enquanto exemplares do patrimônio cultural de Igarassu e enquanto elementos de forte significância cultural para a população.

Outro aspecto de forte significância cultural para a população de Igarassu diz respeito aos elementos naturais: os rios, os riachos, as áreas de mangue, o coqueiral, bem como a fauna da região. Foram mencionados espaços em que estes atributos se apresentam com configurações específicas como “**mistura do verde com o antigo**”¹³ (TORRES, 2012). É possível perceber a ênfase no valor estético e histórico na caracterização destes atributos, que são destacados como elementos de permanência e de suporte de memória.

Nota-se, portanto, a riqueza de percepções sobre um mesmo bem patrimonial. Ao analisar os depoimentos contidos nas entrevistas realizadas, nos pareceres técnicos e em textos contemporâneos ao tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu, observa-se a diversidade nas relações estabelecidas entre os agentes e a cidade.

A partir da análise dos pareceres e de textos contemporâneos ao Processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu-PE e, posteriormente, da análise das entrevistas realizadas, com efeito, é possível constatar a variação dos valores

¹³ Grifo nosso.

atribuídos em função das diferentes relações estabelecidas e das escalas de compreensão de Igarassu. Da mesma forma, observa-se o surgimento e incorporação de novos valores e de novos atributos identificados pelos agentes de órgãos de preservação e pela sociedade civil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o caso do patrimônio cultural de Igarassu, bem como de outras cidades brasileiras com realidades semelhantes, significa entender o patrimônio cultural como um processo em constante transformação, com criações e recriações. Entender esse processo, portanto, é fundamental por trazer à tona as camadas representativas das inúmeras narrativas de valoração.

Deste modo, os processos e metodologias de identificação do patrimônio cultural brasileiro devem atender ao número de agentes envolvidos, incorporando os valores atribuídos pela sociedade civil, por especialistas e pelos técnicos de órgãos de preservação, o que garantirá práticas coerentes e democráticas de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. As entrevistas realizadas assinalaram, nesta pesquisa, a pluralidade de valores atribuídos e a necessidade de maior articulação entre os atores envolvidos nas decisões relativas à salvaguarda do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Frederico. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. Recife, 09 de julho 2012.

ANDRADE, Mário de. **O Turista Aprendiz/Mário de Andrade**. Edição de texto apurada, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo; Leandro Raniero Fernandes, colaborador. Brasília, DF: IPHAN, 2015.

AUSTRALIA ICOMOS. The Burra Charter, 1999. Disponível em: <http://www.icomos.org/australia/burra.html>. Acesso em 27 dez 2010. Tradução para português de ARAÚJO, António de Borja. Disponível em: <http://www.quintacidade.com/wp-content/uploads/2008/03/carta-de-burra.pdf> Acesso em 04 jan. 2011).

AVRAMI, Erica; RANDALL, Mason; DE LA TORRE, Marta. **Values and heritage conservation: research report**. In: Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000. Disponível em http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf_publications/reports.html. Acesso em: 20 de junho de 2011 às 15:02h.

BARRETO, Jorge. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. Igarassu, 21 de junho de 2012.

BOMFIM, Rosa. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. Recife, 20 de junho de 2012.

BRASIL. Decreto-lei nº 25 de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da Escala. In: Castro, I.E.; Gomes, P.C.C.; Correa, R.L.(org.). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CURY, Isabelle. (Org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FRONDIZI, Risieri. **What is Value? An introduction to axiology**. La Salle, Illinois: Open Court Publishing Company, 1971.

IPHAN. **Processo nº 359-T-45 IPHAN/DET - Seção de História – I – Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade – II – Igreja: Livramento, São Cosme e Damião, São Sebastião e Capela do Recolhimento do Sagrado Coração de Jesus – IGARASSU - PERNAMBUCO**. Rio de Janeiro: Arquivo Noronha Santos, 1972.

IPHAN. **Caderno de Documentos nº 2: Estudos de Tombamento**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura / IPHAN, 1995.

IPHAN. **As Missões da Unesco no Brasil: Michel Parent**. Tradução de Rejane Maria Lobo Vieira; organização e texto de Cláudia Feierabend Baeta Leal. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução de Luís da Câmara Cascudo. 2.ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura.Governo do Estado de Pernambuco. Departamento de Cultura, 1978. p. 294.

LACOSTE, Yves. **A geografia, isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra**. São Paulo: Papyrus, 1976.

MASON, Randall. **Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of “Significance”**. In: Places, a forum of environmental design, v.16, n.1, 2004. Disponível em <http://www.placesjournal.org/issues/issue.php?volume=16&issue=1>. Acesso em: 13 de novembro de 2010 às 16:01h.

MASON, Randall. Assessing values in conservation planning: methodological issues and choices. In: TORRE, Marta de la. **Assessing the values of cultural heritage: Research report**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002. Disponível em http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf_publications/reports.html. Acesso em: 20 de junho de 2007 às 15:52h.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Contemporary Theory of Conservation**. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.

PERNAMBUCANO, Ulysses. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. Recife, 20 de junho de 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 1995.

SILVA, Cristiano. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. Igarassu, 21 de junho de 2012.

TORRES, Fábio. Entrevista concedida a Julia da Rocha Pereira. Igarassu, 29 de junho de 2012.

WHC/UNESCO– World Heritage Center. *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*. Paris: World Heritage Centre, 2005.

ZANCHETI, S. M.; HIDAKA, L. T. F.; RIBEIRO, C.; AGUIAR, B. **A Construção da Significância Cultural nos Processos de Conservação Urbana**. Texto não Publicado, 2008.